

CGT defende, nos EUA, a suspensão dos pagamentos

por Paulo Sotero
de Washington

A Central Geral dos Trabalhadores (CGT) defendeu, ontem, "a suspensão do pagamento da dívida externa até que a Nação se pronuncie soberanamente", perante uma sub comissão de dívida internacional da Comissão de Finanças do Senado dos Estados Unidos, alegando que "os trabalhadores não tiveram nenhuma participação nas decisões por ocasião da contração da dívida, quando os bancos comerciais concediam aos países em desenvolvimento enormes empréstimos com extrema facilidade, sem entretanto se preocuparem com a sua correta aplicação".

Falando em nome do presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, o presidente da CGT de São Paulo, Roberto Santiago, disse, perante um painel de três senadores, presidido por William Bradley, democrata de Nova York, que "o Brasil já pagou nos últimos dezessete anos apenas a título de juros e amortização o equivalente a US\$ 153 bilhões, não obstante a sua dívida bruta total teha crescido nesse período de US\$ 5,3 bilhões em 1970 para os atuais US\$ 108 bilhões".

Santiago, que leu seu depoimento de quatro páginas em português, defendeu basicamente os mesmos argumentos que portavozes do governo Sarney têm repetido no exterior, afirmado que transferências de capital da magnitude que o País vem fazendo restringem a capacidade de importação, e por conseguinte, de crescimento e modernização econômica, comprometem o abastecimento do mercado interno, reduzindo a possibilidade de conciliar crescimento econômico e controle da inflação, e agravam a situação financeira do setor público, que é responsável por 80% da dívida externa.

Os pagamentos da dívida, têm ainda o efeito adverso de "reduzir drasticamente a disponibilidade de recursos para investimentos, diminuindo e comprometendo o potencial de crescimento da economia nos médios e longos prazos", acrescentou o líder sindical, fazendo uma declaração que certamente qualquer empresário endossaria.

Ao ler o depoimento, Santiago insistiu na conhecida recusa brasileira de um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Mas, durante o período da audiência reservada a perguntas e respostas, mostrou-se mais flexível, em relação ao FMI, do que muitos políticos e autoridades brasileiras. Respondendo ao senador Bradley, Santiago afirmou "que o FMI poderia ser aceitável se mudasse as recomendações de política econômica que faz".

Indagado pelo senador Jay Rockefeller, democrata de West Virginia, sobre o possível impacto da visita do líder soviético Mikhail Gorbachev ao Brasil, no final deste ano, em relação à dívida, Santiago saiu pela tangente, limitando-se a dizer que, "pessoalmente, não tem muita simpatia pelo mister Gorbachev".

Ele se saiu melhor ao responder ao senador John Danforth, republicano do Missouri e um dos prin-

ciais defensores da indústria de calçados dos Estados Unidos, que queria saber o que o congresso dos Estados Unidos poderia fazer para ajudar a resolver o problema da dívida. Tocando num tema caro ao senador, e iluminando uma das consequências universalmente perversas da crise da dívida da América Latina, o líder sindical paulista disse que "a solução deve ser buscada politicamente, pelos governos dos países credores e devedores, porque de nada adianta um trabalhador brasileiro produzir um par de sapatos para exportar, e assim ajudar o País a ganhar as divisas de que necessita para pagar os juros da dívida, quando milhões de trabalhadores brasileiros não têm como comprar um par de sapatos".

Bradley, que no ano passado divulgou uma proposta alternativa ao Plano Baker, conferindo novo status à proposta de perdão parcial da dívida, tem se esforçado por ampliar o debate sobre a dívida, abrindo espaço para a divulgação de opiniões pouco ortodoxas ou claramente heréticas aos olhos do sistema financeiro.

Ele é considerado um candidato potencial ao posto de vice-presidente na chapa do partido democrata nas eleições do ano que vem. Para a audiência de ontem, além do líder sindical brasileiro, ele convidou o padre Maryknoll, americano, que vive no Peru; a ex-embaixadora dos EUA em Barbados, Sally Shelton-Colby, consultora do Bankers Trust e mulher do ex-diretor da CIA, William Colby; e o economista Richard Feinberg, um crítico assíduo do Plano Baker.

A audiência de ontem incluiu também depoimentos sobre o impacto do problema da dívida sobre os planos de investimentos das corporações americanas na América Latina e as consequências nefastas que a redução das importações de produtos agrícolas e industriais americanos pelos países endividados tem para várias regiões do País.